



Evolução Econômica do Brasil

O livro *Evolução Econômica do Brasil*, de J. F. Normano, pode hoje ser considerada obra clássica da bibliografia destinada a facilitar a compreensão dos nossos problemas de desenvolvimento. A coleção *Brasiliense adotou-a*. É o volume 152 da série 5.^a Foi publicada pela Companhia Editora Nacional em 1939 graças à admirável tradução de T. Quartim Barbosa, P. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira. Normano foi antigo prof. de economia da Universidade Harvard, ex-diretor do Conselho de Bureau Harvard para Pesquisas Econômicas da América Latina, da Sociedade Real Econômica de Londres e possui ainda outras credenciais. O título de original norte-americano da obra em tela foi *A Study of Economic Types*. Foi publicado em 1935 pela Universidade do Estado de Carolina do Norte, E.U.A. A Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos, dirigida por Abelardo Veigueiro Cezar iria promover a sua tradução.

Essa obra de Normano é essencial para a compreensão do problema cafeeiro. Por isso a incluímos neste *Café nos Livros*. Salienta a certa altura o ilustre pesquisador:

"O café torna-se a base principal da economia monetária: ele requer dinheiro produz dinheiro, e depende de dinheiro. A figura do comissário, em Santos, é característica dessa produção: ele é o financiador da safra, dono da hipoteca sobre a fazenda, o agente vendedor do café e, naturalmente, o conselheiro do fazendeiro, se ele é rico, mora no estrangeiro ou no Rio, e envolve-se em política; se não pertence à alta sociedade, prossegue na vida solitária que seus pais levaram na fazenda. Se ele é um fazendeiro pequeno, não tem,

naturalmente, contato com os bancos e exportadores. Em todos os casos, o fazendeiro não pode competir no conhecimento do mecanismo de economia do dinheiro com o comissário, que possui relações com os bancos nacionais e estrangeiros, com os importadores estrangeiros e os exportadores locais, possuindo melhores informações sobre a situação do café e o mercado de dinheiro. Dessa maneira, os comissários, por serem os agentes dos agricultores, converteram-se nos seus banqueiros. A agricultura tornou-se comercializada.

A direção da produção cafeeira desde 1906 pelo sistema de defesa, a organização de institutos especiais, bancos e armazéns reguladores, a regulamentação da quantidade oferecida diariamente em Santos, a inteira relação com a situação cambial, todos esses e outros fatores envolveram completamente esse produto na economia monetária, e o tornaram mais e mais parte integrante de um empreendimento comercial em grande escala.

Quando o café se tornou "REI", São Paulo assumiu a liderança na União e a política começou a influir na situação do café. Todo o período da Primeira República é dominado pela interrelação existente entre o café e a política. A revolução de 1930 foi o protesto contra essa situação. A segunda República esforça-se por tornar o café um produto nacional, e não local. Isso significa uma amplitude maior da economia dirigida.

O desenvolvimento da produção de café no Brasil durante o século dezoenove foi uma série de contínuos sucessos. O café brasileiro virtualmente conquistou o mercado mundial e não foi um fornecedor ocasional, como acontecera no caso do açúcar e algodão.

Naturalmente esse desenvolvimento não foi sempre pacífico. Constantes altas e baixas, batalhas comerciais e especulativas, nas quais antigos adversários como, por exemplo, Herman Sielcken e os Irmãos Arbuckle se tornaram aliados e colaboradores, contra o incessante esforço para o controle do mercado, regulamentação e estabilização, manutenção do equilíbrio da produção, todos esses fatos são características típicas da produção do café, mesmo no século dezoenove, e não são peculiares à produção brasileira.

Se nos lembramos como o Handels Maatschappij dominou o mercado mundial, com o seu produto Java, de 1830 a 1869, e exerceu a sua influência no período de super-produção, podemos constatar nisso os indícios precursores dos esquemas da atual valorização no Brasil. A primeira tentativa brasileira para controlar os preços foi feita no período do Império, quando em 1883-1884 o governo financiou o famoso "Corner" do café. A proibição temporária da plantação de novos cafeeiros em São Paulo em 1902 foi um outro passo nesse mesmo sentido. O exemplo dos esquemas estrangeiros de controle, especialmente no açúcar, e a nova posição dominante do Brasil na produção mundial de café, incentivaram o país a iniciar uma política ativa com esse produto. Devemos admitir ser uma coisa muito atraente ditar, a nossa própria vontade, aos mercados mundiais e fazer o mundo nos pagar um *justum praetium*, que agradezasse ao paulista.

A história da valorização é a história de uma luta entre S. Paulo e o governo federal, o qual nem sempre se sentiu muito entusiasmado a respeito dos grandiosos planos do paulista, e preferia mesmo amparar um plano mais local a arcar com a responsabilidade das proporções de um de envergadura nacional.

Mas o café, a economia nacional, o câmbio e a política tornaram-se tão dependentes entresí, que o governo "volens nolens" se viu envolvido nos planos referentes ao café e nas suas especulações. Esse interessante tópico — Café e Política — aguarda impaciente um investigador que lhe conte a história.

O açúcar e a borracha no Brasil mostravam tentativas de fazer "valorização" na defesa do produto, como se costuma denominar no Brasil as medidas adotadas para o controle artificial do suprimento de matéria prima. Mas somente com referência ao café essas tentativas passavam a ser uma instituição permanente, um fator no mercado mundial.

Desde 1906, a indústria do café no Brasil tem estado continuamente sob um sistema de defesa.

As formas e os componentes desse empreendimento variam. Em 1906, foram limitados ao Estado de São Paulo e a um grupo de negociantes de Nova York, em 1927, já eram compostos de uma frente única de todos os Estados produtores de café do Brasil. O plano de 1906 foi temporário, e da mesma forma o foram os de 1917 e 1921. Desde os fins de 1942 o Instituto Permanente de Café tomou a seu cargo a defesa, em combinação com um Banco, ambos praticamente administrados pelo Secretário da Fazenda de S. Paulo. As operações de 1906, 1917 e 1921 deram bons resultados financeiros; o Instituto atingiu um nível de importância financeira; o governo federal com banqueiros ingleses e americanos generosamente o supriram de créditos; a defesa foi vitoriosa no mercado mundial. O governo federal, por meio de empréstimos à defesa e através da política, e estimulado pelos resultados favoráveis dos esforços das três primeiras tentativas, envolveu-se profundamente nos negócios de café. A defesa tornou-se uma parte integral de



Floração na Fazenda "Santa Clara", em Terra Boa, no Paraná, de propriedade do Sr. Flávio Baptista da Costa, sócio da S. R. B.